

PET no HABEAS CORPUS Nº 565.205 - SP (2020/0057800-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
REQUERENTE : KLEBER TADEU GALASSO GOMES (PRESO)
ADVOGADO : ADRIANA APARECIDA CAMILO - SP364644
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de concessão de prisão domiciliar formulado por KLEBER TADEU GALASSO GOMES.

Para tanto, o requerente alega que, *"ainda que seu quadro de saúde esteja controlado, fato é que, caso contraia o coronavírus, suas chances de cura são absolutamente remotas. O paciente sofre gravíssimos problemas de saúde, estando no grupo de risco para mortalidade do coronavírus"* (e-STJ fl. 143).

Dessa forma, requer *"a concessão de MEDIDA LIMINAR URGENTE para que seja concedida a ordem de Habeas Corpus para que seja reconhecido o direito de aguardar a decisão final deste Habeas Corpus em PRISÃO DOMICILIAR, bem como sua posterior confirmação no mérito. Levando em consideração o lapso já atingido, a primariedade e seu comportamento irretocável na prisão"* (e-STJ fl. 158).

É, em síntese, o relatório.

Em primeiro lugar, verifico que a causa de pedir contida na petição inicial que deu ensejo ao presente *writ* consistiu na alegação de ter sido a fundamentação adotada pelo Juízo de piso inidônea para justificar o indeferimento do pedido de progressão de regime formulado em favor do paciente, pois ele preencheria todos os requisitos legais necessários (objetivo e subjetivo), fazendo jus, portanto, à progressão ao regime intermediário.

Nesse cenário, considerando que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não apreciou efetivamente o referido pleito, ao fundamento de que era inadequada a utilização do *habeas corpus*, visto que existia recurso próprio para impugnação de incidentes da execução penal, **foi concedida a ordem liminarmente**

para determinar que a Corte estadual analisasse o mérito do *habeas corpus* antecedente (HC n. 2006730-95.2020.8.26.0000) como entendesse de direito, ficando prejudicados, portanto, os demais pedidos.

Assim, é forçoso concluir que o pleito para concessão da prisão domiciliar, além de não ter sido objeto da petição inicial de e-STJ fls. 3/24, também não foi apreciado pelo Tribunal de origem nem pelo Juízo de primeiro grau, o que impede a sua análise diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA O NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO EM HABEAS CORPUS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA PELAS INSTÂNCIAS A QUO. INVIABILIDADE DE DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

- 1. Inexiste violação do princípio da colegialidade, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.*
- 2. Hipótese em que o Tribunal de origem não conheceu do prévio writ, em razão de não haver decisão do Juízo a quo acerca da questão ali suscitada, sendo inviável a análise da matéria diretamente nesta Corte, sob pena de inadmissível dupla instância.*
- 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC n. 119.248/PI, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/11/2019, DJe 22/11/2019, grifei.)*

[...] 1. O tema concernente à necessidade de prisão domiciliar em razão do acometimento de doença e de falta de condições do estabelecimento em que o paciente porventura for cautelado de promover o tratamento médico adequado há de ser antes levado ao conhecimento do juízo de primeiro grau. É inadmissível a dupla supressão de instância.

- 2. É legítima a prisão cautelar decretada com o fim de garantir a ordem pública quando demonstrado, com base em elementos concretos, que se mostra necessária, dado o efetivo risco de continuidade das práticas delitivas. No caso, o paciente ostenta condenação transitada em julgado em 25/8/2014 referente ao delito de extorsão e há indicação de que exerce a atividade criminosa como meio de vida, tendo sido apontado como olheiro regular de quadrilhas especializadas em contrabando e descaminho.*
- 3. Writ conhecido em parte e, nessa parte, ordem denegada. (HC n. 400.544/PR, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA*

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017, grifei.)

Ademais, vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

Nessa linha, é de relevo destacar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, **não conheço** do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator